

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	59.398
Preferenciais	4.453
Total	63.851
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	4.622.424	4.358.111
1.01	Ativo Circulante	1.305.205	1.150.661
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	209.645	208.756
1.01.03	Contas a Receber	647.992	631.783
1.01.03.01	Clientes	643.716	627.559
1.01.03.01.01	Consumidores	643.716	627.559
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.276	4.224
1.01.03.02.01	Títulos a receber	4.276	4.224
1.01.04	Estoques	29.659	12.094
1.01.06	Tributos a Recuperar	52.534	53.770
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	52.534	53.770
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social	8.960	11.816
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	43.574	41.954
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	365.375	244.258
1.01.08.03	Outros	365.375	244.258
1.01.08.03.01	Serviços em curso	24.383	25.056
1.01.08.03.02	Aquisição de combustível por conta da CCC	159.720	93.046
1.01.08.03.03	Redução de receita - baixa renda	33.094	22.320
1.01.08.03.04	Outros	148.178	103.836
1.02	Ativo Não Circulante	3.317.219	3.207.450
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	993.234	980.592
1.02.01.03	Contas a Receber	22.299	22.383
1.02.01.03.01	Clientes	20.374	20.458
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.925	1.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	86.541	89.790
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	86.541	89.790
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	116.687	115.463
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	116.687	115.463
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	767.707	752.956
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	9	9
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	26.497	27.420
1.02.01.09.05	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	43.623	41.632
1.02.01.09.06	Outros tributos a recuperar	50.853	48.783
1.02.01.09.07	Sub-rogação da CCC	177.105	175.829
1.02.01.09.08	Ativo financeiro - bens da concessão	468.395	458.056
1.02.01.09.09	Outros	1.225	1.227
1.02.02	Investimentos	7.801	7.801
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	7.801	7.801
1.02.04	Intangível	2.316.184	2.219.057
1.02.04.01	Intangíveis	2.316.184	2.219.057
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.316.184	2.219.057

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	4.622.424	4.358.111
2.01	Passivo Circulante	2.706.205	2.342.534
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	115.784	123.831
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	115.784	123.831
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	3.802	5.374
2.01.01.02.02	Indenizações trabalhistas	111.982	118.457
2.01.02	Fornecedores	568.060	325.458
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	568.060	325.458
2.01.03	Obrigações Fiscais	472.556	350.435
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	207.706	153.388
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	207.706	153.388
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	263.580	195.008
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.270	2.039
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.170.888	1.256.662
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.165.024	1.250.464
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	606.481	653.449
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	558.543	597.015
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	5.864	6.198
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	5.864	6.198
2.01.05	Outras Obrigações	378.917	286.148
2.01.05.02	Outros	378.917	286.148
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.043	30.043
2.01.05.02.04	Operações de swap	71.526	68.499
2.01.05.02.05	Taxa de iluminação pública	8.780	19.873
2.01.05.02.06	Taxas regulamentares	113.087	68.287
2.01.05.02.07	Obrigações do programa de eficiência energética	25.685	22.056
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas - trabalhistas	15.285	10.809
2.01.05.02.10	Benefícios pós-emprego	3.326	3.217
2.01.05.02.11	Outros	111.185	63.364
2.02	Passivo Não Circulante	1.502.171	1.515.080
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	683.606	679.992
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	680.540	675.921
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	674.921	670.396
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.619	5.525
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	3.066	4.071
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	3.066	4.071
2.02.02	Outras Obrigações	590.521	606.085
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	178.622	176.188
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	178.622	176.188
2.02.02.02	Outros	411.899	429.897
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	242.807	265.168
2.02.02.02.04	Operações de swap	40.457	38.362
2.02.02.02.05	Obrigações do programa de eficiência energética	52.449	51.182
2.02.02.02.06	Plano de aposentadoria e pensão	14.335	14.335
2.02.02.02.11	Outros	61.851	60.850
2.02.03	Tributos Diferidos	180.234	180.758

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	180.234	180.758
2.02.03.01.01	Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	179.102	180.147
2.02.03.01.02	Outros	1.132	611
2.02.04	Provisões	47.810	48.245
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	47.810	48.245
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	44.656	45.089
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.154	3.156
2.03	Patrimônio Líquido	414.048	500.497
2.03.01	Capital Social Realizado	518.932	518.932
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-452.552	-373.369
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	347.668	354.934
2.03.08.01	Reserva de reavaliação em ativos próprios	347.668	354.934

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	541.430	596.615
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-485.829	-527.339
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-244.179	-205.358
3.02.02	Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	-30.941	-27.911
3.02.03	Pessoal	-28.579	-12.475
3.02.04	Material	-59.065	-58.573
3.02.05	Serviço de Terceiros	-27.068	-35.519
3.02.06	Depreciação e amortização	-32.676	-31.649
3.02.07	Subvenção - CCC	53.309	54.290
3.02.08	Custo de construção	-109.551	-205.904
3.02.20	Outros	-7.079	-4.240
3.03	Resultado Bruto	55.601	69.276
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-44.982	-44.919
3.04.01	Despesas com Vendas	-15.915	-14.839
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.942	-29.252
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	81	169
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-3.206	-997
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	10.619	24.357
3.06	Resultado Financeiro	-94.343	-80.377
3.06.01	Receitas Financeiras	101.949	63.802
3.06.02	Despesas Financeiras	-196.292	-144.179
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-83.724	-56.020
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-944	16.111
3.08.02	Diferido	-944	16.111
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-84.668	-39.909
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-84.668	-39.909
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,32603	-0,62504
3.99.01.02	PNA	-1,32603	-0,62504
3.99.01.03	PNB	-1,32603	-0,62504
3.99.01.04	PNC	-1,32603	-0,62504

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	-84.668	-39.909
4.03	Resultado Abrangente do Período	-84.668	-39.909

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	232.954	105.432
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.338	49.810
6.01.01.01	(Prejuízo) lucro do exercício	-84.668	-39.909
6.01.01.02	Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-6.548	1.179
6.01.01.03	Depreciação e amortização	37.749	35.501
6.01.01.04	Encargos de dívida, juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	36.677	63.636
6.01.01.05	Baixa do ativo financeiro e Intangível	9.510	426
6.01.01.06	Imposto de renda e contribuição social diferidos	944	-16.111
6.01.01.07	Ajuste a valor presente e marcação a mercado	-7.257	6.033
6.01.01.20	Outras	-1.745	-945
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	248.292	55.622
6.01.02.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	-10.341	8.543
6.01.02.02	Estoques	-17.566	4.395
6.01.02.03	Aquisição de combustível por conta CCC	-66.674	-53.295
6.01.02.04	Créditos redução receita baixa renda	-10.774	11.494
6.01.02.05	Serviços em curso	-2.629	-8.611
6.01.02.06	Créditos e depósitos vinculados a litígios	923	0
6.01.02.07	Créditos a compensar em recolhimentos futuros	8.262	-6.166
6.01.02.08	Títulos e rendas a receber, títulos e valores mobiliários e despesas antecipadas	737	-18.470
6.01.02.09	Outros devedores	-44.877	0
6.01.02.10	Fornecedores	242.588	106.194
6.01.02.11	Encargos de empréstimo e financiamentos pagos	-20.368	-38.475
6.01.02.12	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	90.269	27.325
6.01.02.13	Taxas regulamentares	44.800	17.646
6.01.02.14	Obrigações do Programa de Eficiência Energética	3.629	4.223
6.01.02.15	Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego	109	1.329
6.01.02.16	Indenizações trabalhistas	-11.741	0
6.01.02.17	Multas Regulatórias	41.303	0
6.01.02.18	Outros credores	642	-510
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-152.838	-193.266
6.02.01	No Intangível e financeiro dos contratos de concessão	-155.983	-192.417
6.02.02	Acréscimo de obrigações especiais	3.145	-849
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-79.227	-155.937
6.03.01	Mútuos com partes relacionadas - líquido	-332	-63.280
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	40.000	209.021
6.03.03	Pagamentos empréstimos - principal	-110.302	-254.194
6.03.04	Recebimento (Pagamento) de swap	-8.593	-45.795
6.03.05	Pagamento de dividendos	0	-1.689
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	889	-243.771
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	208.756	457.209
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	209.645	213.438

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.932	0	0	-373.369	354.934	500.497
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	0	0	-373.369	354.934	500.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-84.668	0	-84.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-84.668	0	-84.668
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	5.485	-7.266	-1.781
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	8.311	-8.311	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-2.826	1.045	-1.781
5.07	Saldos Finais	518.932	0	0	-452.552	347.668	414.048

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-39.909	0	-39.909
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-39.909	0	-39.909
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	18.428	-18.428	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	27.922	-27.922	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-9.494	9.494	0
5.07	Saldos Finais	518.932	0	0	-37.154	369.972	851.750

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	786.738	805.989
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	659.995	589.334
7.01.02	Outras Receitas	10.644	11.931
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-2.330	63
7.01.02.02	Outras receitas	12.974	11.868
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	109.551	205.904
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	6.548	-1.180
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-453.197	-509.884
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-275.120	-233.269
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-120.228	-118.534
7.02.04	Outros	-57.849	-158.081
7.02.04.01	Subvenções de combustível - CCC	53.309	54.290
7.02.04.02	Outros	-111.158	-212.371
7.03	Valor Adicionado Bruto	333.541	296.105
7.04	Retenções	-34.606	-33.263
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.606	-33.263
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	298.935	262.842
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	101.949	63.803
7.06.02	Receitas Financeiras	101.949	63.803
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	400.884	326.645
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	400.884	326.645
7.08.01	Pessoal	30.763	20.615
7.08.01.01	Remuneração Direta	26.560	12.479
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.407	1.251
7.08.01.04	Outros	1.796	6.885
7.08.01.04.01	Entidade de previdência privada	1.510	753
7.08.01.04.02	Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	4.131	2.475
7.08.01.04.03	Convênios assistenciais e outros benefícios	5.555	3.651
7.08.01.04.04	Diversos	-9.400	6
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	257.439	202.457
7.08.02.01	Federais	118.994	78.812
7.08.02.02	Estaduais	138.043	123.313
7.08.02.03	Municipais	402	332
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	197.350	143.482
7.08.03.01	Juros	72.820	57.141
7.08.03.02	Aluguéis	2.880	2.247
7.08.03.03	Outras	121.650	84.094
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-84.668	-39.909
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-84.668	-39.909

Comentário do Desempenho

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. RESULTADO BRUTO

	Trimestre findo em:		Variação %
	31/3/2012 R\$	31/3/2011 R\$	
RECEITA BRUTA DE VENDAS			
Fornecimento de energia elétrica	417.803	378.316	10,44
Disponibilização do sistema de distribuição	224.119	214.507	4,48
Suprimento de energia elétrica	27.046	4.804	462,99
Receita de construção	109.551	205.904	(46,80)
Outras receitas	4.036	3.487	15,74
Total da receita bruta de vendas	782.555	807.018	(3,03)
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA			
Tributos diretos:			
ICMS	(133.645)	(123.270)	8,42
PIS	(11.232)	(9.987)	12,47
COFINS	(51.735)	(45.992)	12,49
Subtotal	(196.612)	(179.249)	9,69
Encargos do consumidor:			
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(13.188)	(3.189)	313,55
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(21.923)	(19.535)	12,22
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.950)	(3.391)	16,48
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(839)	(775)	8,26
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(839)	(775)	8,26
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(419)	(388)	7,99
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2.097)	(1.938)	8,20
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(1.258)	(1.163)	-
Subtotal	(44.513)	(31.154)	42,88
Total das deduções da receita bruta	(241.125)	(210.403)	14,60
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	541.430	596.615	(9,25)
CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Energia elétrica comprada para revenda	(244.179)	(205.358)	18,90
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(30.941)	(27.911)	10,86
	(275.120)	(233.269)	17,94
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	(28.579)	(12.475)	129,09
Material	(59.065)	(58.573)	0,84
Serviços de terceiros	(27.068)	(35.519)	(23,79)
Depreciação e amortização	(32.676)	(31.649)	3,24
Subvenções CCC	53.309	54.290	(1,81)
Custo de construção	(109.551)	(205.904)	(46,80)
Outros	(7.079)	(4.240)	66,96
Subtotal	(210.709)	(294.070)	(28,35)
Total Custo dos Bens e/ou serviços vendidos	(485.829)	(527.339)	(7,87)
RESULTADO BRUTO	55.601	69.276	(19,74)

Comentário do Desempenho



I) A receita líquida de vendas atingiu no 1º trimestre de 2012 o montante de R\$ 541.430 apresentando uma redução de 9,25% em relação ao mesmo trimestre de 2011 devido a combinação dos seguintes fatos:

a) A receita bruta de vendas no primeiro trimestre de 2012, excluindo-se a receita de construção, apresentou um crescimento de 11,96% em comparação com o mesmo período do exercício anterior, motivado basicamente pelo aumento no volume de energia faturada, que no trimestre atual foi de 1.536.466 MWh (excluído o consumo próprio) contra 1.458.475 do primeiro trimestre de 2011.

b) Receita de construção: Apresentou uma redução de 46,80% devido a diminuição no volume dos gastos com algumas obras, principalmente o programa Luz para Todos e o Programa de interligação da ilha do Marajó. A variação nessa rubrica acabou influenciando na variação negativa da receita líquida de 9,25%.

c) Tributos diretos: Apresentaram um crescimento médio de 9,69% na comparação entre os trimestres, em função do crescimento da receita bruta, (excluído a receita de construção), que formam a base de cálculo destes tributos.

II) O Custo do serviço de energia elétrica passou de R\$ 233.269 no 1º trimestre de 2011, para R\$ 275.120 no trimestre atual, registrando um acréscimo de 17,94%, devido a aquisição de uma quantidade maior de energia elétrica para atender o aumento do consumo, que registrou um crescimento de 5,35% na quantidade de KWh faturado, e o registro de R\$ 34.117 relativo a ajustes de exposição e excedente financeiro nesse trimestre.

III) O Custo de operação, excluído a despesa de construção, apresentou no 1º trimestre de 2012, em comparação ao mesmo trimestre de 2011, um aumento de 14,74%, devido basicamente a combinação dos seguintes fatos:

a) Pessoal: No primeiro trimestre de 2012 essa rubrica apresentou um aumento de 129,09% em relação ao mesmo período do exercício anterior, motivado pelos seguintes efeitos: I) reajuste salarial ordinário concedido pela Companhia a partir de novembro de 2011; II) realocação de parte dos gastos com pessoal da rubrica de despesas com vendas;

b) Serviços de Terceiros: Apresentou uma redução de 23,79% entre os trimestres comparados, devido principalmente pela realocação de parte dos gastos para a rubrica serviços de terceiros do grupo de contas das despesas com vendas;

c) Despesa de construção: A variação apresentada nesta rubrica está explicada no item I b, (Receita de construção), haja vista que os valores da receita e despesa de construção são equivalentes e gerados em uma mesma base de valores.

Comentário do Desempenho**1.1. Receita bruta de vendas**

	Nº de consumidores (*)		MWh (*)		R\$	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Residencial	1.551.537	1.503.810	597.388	568.730	276.953	247.317
Industrial	3.697	3.804	325.249	319.899	99.506	98.880
Comercial, serviços e outras atividades	137.802	137.263	343.967	312.477	158.766	144.422
Rural	121.468	126.740	45.629	45.981	13.882	13.909
Poder público	17.011	15.869	100.161	92.467	44.105	41.472
Iluminação pública	379	367	66.033	63.469	17.863	16.935
Serviço público	1.693	1.582	58.039	55.452	15.209	14.779
Consumo próprio	271	270	8.045	8.049	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(872)	3.864
Receita do uso da rede	-	-	-	-	4.581	3.656
Fornec. não faturado Diferimento de TUSD	-	-	-	-	-	(3.914)
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-	11.925	11.494
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-	4	9
Subtotal	1.833.858	1.789.705	1.544.511	1.466.524	641.922	592.823
Suprimentos - CCEE	-	-	38.358	106.012	27.046	4.804
Receita de construção	-	-	-	-	109.551	205.904
Outras receitas	-	-	-	-	4.036	3.487
Total	1.833.858	1.789.705	1.582.869	1.572.536	782.555	807.018

a) No 1º trimestre de 2012, o fornecimento de energia elétrica da companhia foi de 1.536.466 MWh (excluído o consumo próprio), contra 1.458.475 MWh em 2011, correspondendo a um acréscimo de 5,35% em relação ao mesmo período do exercício anterior, motivado basicamente pelo incremento de 44,1 mil novos consumidores.

b) A tarifa média (excluído o consumo próprio) de fornecimento faturado por MWh no 1º trimestre de 2012 teve o valor de R\$ 407,61, contra R\$ 396,11 no mesmo período de 2011.

Comentário do Desempenho**2. EBITDA**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>Variação (%)</u>
Receita bruta de vendas	782.555	807.018	(3,03)
Deduções da receita bruta de vendas	(241.125)	(210.403)	14,60
Receita líquida de vendas	541.430	596.615	(9,25)
Custo de bens e serviços vendidos	(485.829)	(527.339)	(7,87)
Despesas operacionais			
(-) Despesas com vendas	(15.915)	(14.839)	7,25
(-) Despesas gerais e administrativas	(25.942)	(29.252)	(11,32)
(-) Outras despesas operacionais	(3.206)	(997)	221,56
Total despesas operacionais	(45.063)	(45.088)	(0,06)
Outros resultados	2.445	18	13.483,33
Depreciação e amortização	37.749	35.501	6,33
EBITDA	50.732	59.707	(15,03)

IV) O EBITDA da Companhia passou de R\$ 59.707 no trimestre findo em 31/3/2011 para R\$ 50.732 no trimestre atual, representando uma redução de 15,03%. Essa variação negativa foi impactada em parte pelo registro de R\$ 34.117 relativo a ajustes de exposição e excedente financeiro nesse trimestre, e parte pelo fato da Companhia ainda não ter sua revisão tarifária de 2011 homologada pela ANEEL, permanecendo ainda em vigor, a tarifa homologada em agosto de 2010.

Comentário do Desempenho**3. RESULTADO FINANCEIRO**

	Trimestre findo em:		Variação %
	31/3/2012 R\$	31/3/2011 R\$	
Receitas financeiras:			
Renda de aplicação financeira	3.486	8.212	(57,55)
Mútuo com partes relacionadas	1.304	3.173	(58,90)
Juros ativos	4.563	7.058	(35,35)
Variação monetária	58.081	5.455	964,73
Acréscimos moratórios	9.502	16.857	(43,63)
Ajuste a valor presente	18.490	9.860	87,53
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	-	7.675	(100,00)
Operações de <i>swap</i>	3.150	-	-
Outras receitas financeiras	3.373	5.512	(38,81)
Total das receitas financeiras	101.949	63.802	59,79
Despesas financeiras:			
Encargos de dívidas			
Moeda nacional	(22.683)	(35.684)	(36,43)
Moeda estrangeira	(9.466)	(3.738)	153,24
Mútuo com partes relacionadas	(2.847)	(3.346)	(14,91)
Subtotal	(34.996)	(42.768)	(18,17)
Variações monetárias			
Moeda nacional	(4.186)	(12.099)	(65,40)
Moeda estrangeira	(33.638)	(2.274)	1.379,24
Subtotal	(37.824)	(14.373)	163,16
Juros / multas	(83.186)	(38.368)	116,81
Ajuste a valor presente	(7.822)	(12.548)	(37,66)
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	(3.411)	(11.020)	(69,05)
Operações de <i>swap</i>	(13.454)	(13.903)	(3,23)
Outras despesas financeiras	(15.599)	(11.199)	39,29
Total das despesas financeiras	(196.292)	(144.179)	36,14
Resultado financeiro	(94.343)	(80.377)	17,38

O Resultado Financeiro no 1º trimestre de 2012 foi negativo em R\$ 94.343 apresentando um crescimento em relação ao resultado de R\$ 80.377 registrado no 1º trimestre de 2011. Essa variação ocorrida entre os trimestres comparados, é devido principalmente aos seguintes fatos:

- A variação monetária líquida, (receita de R\$ 20.257 no primeiro trimestre de 2012 e despesa de R\$ 8.918 no primeiro trimestre de 2011) apresentou uma variação positiva no montante de R\$ 29.175 entre os trimestres comparados motivado, em grande parte, pela não atualização de algumas dívidas, em função do processo de recuperação judicial;
- O ajuste a valor presente – líquido, de algumas contas patrimoniais, gerou no trimestre atual um efeito líquido positivo, de R\$ 10.688 contra uma despesa de R\$ 2.688 no mesmo período de 2011.
- A rubrica “juros / multas” apresentou uma significativa variação entre o primeiro trimestre de 2012 em comparação com o mesmo período de 2011, motivado basicamente pelo aumento das multas regulatórias, que no trimestre atual foi de R\$ 43.642, contra R\$ 12.608 no mesmo período do exercício anterior.

Comentário do Desempenho**4. INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

	<u>No período/exercício findo em:</u>	
	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
1 - Liquidez corrente		
Ativo circulante / Passivo circulante	0,48	0,49
2 - Liquidez geral		
(Ativo circulante + realizável a longo prazo) / Exigível total	0,55	0,55
3 - Endividamento		
Exigível total / Ativo total	0,91	0,89
4 - Capitalização		
Patrimônio Líquido / Ativo total	0,09	0,11
5 - Valor patrimonial da ação - R\$ por lote de mil ações	6.484,60	7.838,52

5. INDICADORES OPERACIONAIS

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
1 - Número de empregados	2.183	2.159
2 - Consumidor por empregado	840	829

* * *

Notas Explicativas



CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA (em Recuperação Judicial)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA – em Recuperação Judicial (Companhia ou CELPA) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, sob o controle acionário da companhia QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km², atendendo 1.833.858 consumidores em 143 municípios, tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Denerge - Desenvolvimento Energético S.A., é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

A Companhia possui significativo endividamento financeiro, principalmente para investimentos em ativos das operações, no qual a Administração está permanentemente empenhada na reversão da situação. Dentre as ações estão: a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras buscando a troca do endividamento financeiro de curto para longo prazo e redução de encargos; melhorias no sistema e programas de combate a perdas técnicas e não técnicas, com o objetivo de redução de custos e melhoria da qualidade de atendimento nas regiões atendidas pela Companhia.

A Companhia vem buscando alternativas adicionais para melhorar sua estrutura de capitais e reduzir seu endividamento financeiro.

1.1. Recuperação judicial

A Companhia ajuizou, em 28/2/2012, pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação), que se encontra em trâmite na 13ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará. A medida visou também proteger o valor dos ativos da Companhia, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. O processamento da Recuperação Judicial foi deferido em 29/2/2012, ocasião em que foi nomeado o Sr. Mauro César Lisboa dos Santos como Administrador Judicial. O plano de recuperação foi apresentado pela Companhia, em juízo no dia 04 de maio de 2012, dentro do prazo legal e será submetido a assembléia geral de credores da Companhia, a ser instalada dentro de até 150 dias, contados do deferimento do processamento do pedido de recuperação (art. 56, §1º, da Lei de Recuperação). Esse plano, que foi divulgado aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, está sujeito às modificações que poderão ser propostas pelos credores e deliberadas em assembléia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria Companhia (art. 56, §3º, da Lei de Recuperação).

O deferimento do processamento da recuperação judicial suspende, por 180 dias, contados desse deferimento, o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face da Companhia (art. 6º da Lei de Recuperação).

O ajuizamento do pedido de recuperação representa o exercício regular de um direito da Companhia garantido por Lei e não configura, nos termos do contrato de concessão vigente, causa para a extinção da concessão.

Notas Explicativas



A administração contratou assessores financeiros especializados para conduzir os processos de negociação com os credores (Rothschild – Global Financial Advisory Division), bem como assessores jurídicos para representação de seus interesses.

A expectativa da administração é de que o processo de recuperação judicial permitirá viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da empresa, com a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores.

A Companhia continuará com a execução do Programa “Luz Para Todos”, cujo principal objetivo é o fornecimento de energia elétrica aos domicílios rurais que ainda não tem acesso a esse serviço público. A meta da concessionária para 2012 é o atendimento de aproximadamente 38 mil novos consumidores.

1.2. Autorização de conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da Diretoria em 11/5/2012.

2. OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP/Nº003/2011

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – R1 (Demonstração Intermediária), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011 de 28/4/2011 e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Para a elaboração das informações trimestrais, a Companhia adotou a mesma política contábil apresentada nas demonstrações financeiras anuais de 31/12/2011, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, de 31/12/2011. Entretanto é recomendada a leitura destas Informações Trimestrais – ITR em conjunto com as demonstrações financeiras anuais de 31/12/2011.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico do dia 31/3/2012, nas páginas A55 a A62, e divulgada no site da CVM (www.cvm.gov.br) no dia 30/3/2012.

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011 que não estão sendo apresentadas:

- Nota 3 – Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 4 – Principais práticas contábeis adotadas (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 5 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12) (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 8 - Títulos a receber (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);

Notas Explicativas



- Nota 14 – Partes relacionadas – item 14.3 Compartilhamento de infraestrutura (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 15 – Investimentos (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 29 – Dividendos (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 35 - Participação nos resultados (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 36 – Revisão tarifária (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011);
- Nota 37 - Plano de aposentadoria e pensão (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 38 - Seguros (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 39 – Termo de compromisso (não houve alteração no seu contexto, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31/3/2012 considerados imateriais pela Administração da Companhia); e
- Nota 40 – Questões ambientais (idêntica à divulgada na Demonstração anual de 31/12/2011).

3. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 – SCG/ANEEL extinguiu a concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias (anexo II.I e II.II do referido contrato de concessão de geração). Segue abaixo as principais características:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	21,24	11,07	28/7/1998	28/7/2028

De acordo com o artigo 8º da Lei 10.848/04 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolados, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de

Notas Explicativas



transmissão. Embora, possuindo 11 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível, visto que o contrato garante o direito de indenização.

Os ativos de geração de energia representam 0,9% de todo ativo financeiro e intangível da concessão da Companhia.

O contrato de concessão assinado com a União Federal, confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

Os contratos de concessão (distribuição e geração) contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME. Seu parque gerador, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 5,83% da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 2.183 funcionários, 1.920 prestadores de serviços e 67 estagiários, em 31/3/2012.

Notas Explicativas**4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Caixa	110	24
Saldo bancários	106.180	47.675
Outros investimentos	103.355	161.057
Total	<u>209.645</u>	<u>208.756</u>

4.1. Outros investimentos

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas %</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Banco Bradesco	CDB	(*)	100,00 CDI	-	17.490
Banco da Amazônia (BASA)	CDB	(*)	100,00 CDI	3.338	3.336
Banco da Amazônia (BASA)	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	9.251	8.332
Banco do Brasil	Fundo de investimento	(*)	(**)	66.306	97.033
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	58	58
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	(*)	(**)	-	50
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.719	5.582
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 CDI	1.634	3.110
Banco Daycoval	CDB	(*)	100,00 CDI	16.356	25.994
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	693	72
Total				<u>103.355</u>	<u>161.057</u>

(*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorrido. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(**) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

5. CONSUMIDORES

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Consumidores	775.936	766.327	20.374	20.458
(-) Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)	(132.220)	(138.768)	-	-
Total	<u>643.716</u>	<u>627.559</u>	<u>20.374</u>	<u>20.458</u>

Notas Explicativas



5.1. Consumidores

Classe de consumidores:	Saldos vencidos					Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias	Total	31/3/2012	31/12/2011
Circulante							
Residencial	102.483	79.852	70.349	140.686	290.887	393.370	387.848
Industrial	42.784	13.656	12.375	37.973	64.004	106.788	104.699
Comércio, Serviços e Outras Atividades	53.784	25.802	17.958	43.401	87.161	140.945	142.260
Rural	5.194	5.425	7.061	14.400	26.886	32.080	30.575
Poder Público:							
Federal	3.731	1.307	110	172	1.589	5.320	5.655
Estadual	3.849	2.349	1.979	41	4.369	8.218	7.930
Municipal	14.446	9.250	5.196	4.639	19.085	33.531	31.992
Iluminação Pública	15.303	1.137	150	284	1.571	16.874	17.697
Serviço Público	4.927	3.288	2.445	2.026	7.759	12.686	11.242
(-) Ajuste a valor presente (a)	(215)	-	-	-	-	(215)	(206)
Subtotal - Consumidores	246.286	142.066	117.623	243.622	503.311	749.597	739.692
Participação financeira do consumidor	349	233	141	690	1.064	1.413	1.993
Comercialização na CCEE (b)	3.860	-	-	-	-	3.860	3.860
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	-	66	66	66	66
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	370	370	370	370
Concessionárias e permissionárias	10	-	-	-	-	10	10
Encargos de uso da rede elétrica	6.553	-	-	-	-	6.553	6.553
Outros	1.702	4.210	3.315	4.840	12.365	14.067	13.783
Total	258.760	146.509	121.079	249.588	517.176	775.936	766.327
Não circulante							
Consumidores	12.844	-	-	-	-	12.844	15.992
(-) Ajuste a valor presente (a)	(1.880)	-	-	-	-	(1.880)	(2.087)
Comercialização na CCEE (b)	3.773	-	-	-	-	3.773	879
Participação financeira do consumidor	650	-	-	-	-	650	650
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura (c)	45	-	-	-	-	45	41
Redução de Uso Sistema de Distribuição	4.763	-	-	-	-	4.763	4.763
Outros	179	-	-	-	-	179	220
Total	20.374	-	-	-	-	20.374	20.458

Do valor total de contas a receber em 31/3/2012, R\$ 154.631 (R\$ 154.974 em 31/12/2011) se referem a renegociações definidas.

(a) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 11,36% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução Normativa ANEEL nº 457 de 8/11/2011. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Notas Explicativas



(b) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 7.633, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de março de 2012. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas até março de 2012, estão sendo liquidadas mensalmente.

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

(c) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 540, de 1/10/2002, implementou a Lei nº 10.438, de 26/4/2002, que estendeu os descontos especiais nas tarifas de energia elétrica de irrigantes ao consumo verificado no horário compreendido entre 21h30 e 6h do dia seguinte.

Esse dispositivo legal ampliou o horário estabelecido na Portaria DNAEE nº 105, de 3/4/1992, das 23h às 5h do dia seguinte, em que eram concedidos descontos especiais para consumidores do Grupo A (alta tensão) e do Grupo B (baixa tensão).

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

	<u>Não circulante</u>
Saldo em 31/12/2011	41
Apropriado no período	4
Saldo em 31/3/2012	<u>45</u>

Notas Explicativas**5.2. Perda no valor recuperável (Provisão para crédito de liquidação duvidosa)**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Residencial	(78.849)	(82.846)
Industrial	(15.778)	(17.960)
Comércio, serviços e outras atividades	(23.261)	(24.961)
Rural	(8.587)	(7.809)
Poder público	(380)	(264)
Iluminação pública	(23)	(16)
Serviço público	(150)	(101)
Outras receitas	(5.192)	(4.811)
Total	<u>(132.220)</u>	<u>(138.768)</u>
Movimentação:	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Saldo no início do período/exercício	(138.768)	(104.369)
Perdas no exercício	(6)	21.482
Recuperação de perdas	(113)	(1.009)
Complemento / reversão de provisão	6.667	(54.872)
Saldo no final do período/exercício	<u>(132.220)</u>	<u>(138.768)</u>

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas baseadas no histórico de recuperação, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados em 31/3/2012 é de R\$ 187.163 (R\$ 162.689 em 31/12/2011).

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

Notas Explicativas**6. TRIBUTOS A RECUPERAR**

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Imposto de renda e contribuição social:				
Imposto de renda (a)	7.943	10.104	35.468	33.855
Contribuição social (a)	1.017	1.712	8.155	7.777
Subtotal	8.960	11.816	43.623	41.632
Outros impostos e contribuições a recuperar:				
ICMS (b)	42.903	43.224	36.245	43.024
(-) Ajuste a valor presente (b)	-	(2.238)	-	(8.849)
ICMS ajustado	42.903	40.986	36.245	34.175
PIS	215	113	-	-
COFINS (c)	-	-	10.023	10.023
FINSOCIAL (d)	-	-	4.585	4.585
Outros	456	855	-	-
Subtotal	43.574	41.954	50.853	48.783
Total	52.534	53.770	94.476	90.415

(a) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados no Ano Calendário de 2011 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 14), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu, até dezembro/2011, ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a..

(c) Refere-se a crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS pendente de decisão administrativa referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro/1998 a janeiro/1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro/2006.

(d) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente a Pedido de Restituição de Finsocial recolhido na alíquota superior a 0,5% no período de novembro/1989 a março/1993 conforme Leis nº 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Contra a última decisão que reconheceu como parcialmente o crédito, a Companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

7. TRIBUTOS DIFERIDOS**7.1. Composição das despesas com impostos**

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

Notas Explicativas

	31/3/2012		31/3/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos diferidos - variação líquida	(694)	(250)	11.010	5.101
	(694)	(250)	11.010	5.101

7.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/3/2012		31/3/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reconciliação para taxa efetiva				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(90.962)	(90.962)	(49.994)	(49.994)
Adições(exclusões) permanentes				
Gratificações	15	-	27	-
Doações	61	61	227	227
Multas indedutíveis	10	-	12.613	-
Despesas indedutíveis	1	1	24	24
Efeitos da Lei 11.638/2007	7.257	7.257	(6.026)	(6.026)
Outras	(7)	(7)	(912)	(912)
Subtotal	7.337	7.312	5.953	(6.687)
Base de cálculo dos impostos	(83.625)	(83.650)	(44.041)	(56.681)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Receita(despesa) com impostos	20.906	7.529	11.010	5.101
Créditos fiscais não constituídos	(21.600)	(7.778)	-	-
Receita(despesa) com impostos	(694)	(250)	11.010	5.101
Alíquota efetiva	-0,76%	-0,27%	22,02%	10,20%

7.3. Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis.

Notas Explicativas

Natureza	Não circulante			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	47.810	47.810	48.245	48.245
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	169.117	169.117	128.956	128.956
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600 (a)	14.335	14.335	14.335	14.335
Prejuízos fiscais e base negativa (b)	55.870	9.091	55.870	9.091
Provisão para perdas não operacionais	19.508	19.508	19.508	19.508
Ajustes da Lei 11.638/2007 (c)	-	-	9.556	9.556
Ajustes Instrução CVM nº 371/2002	(39.726)	(39.726)	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	266.914	220.135	276.470	229.691
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante	66.729	19.812	69.118	20.672

Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda
- (b) Realização dos lucros
- (c) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário a partir de 2014 até o ano de 2021, conforme demonstrado abaixo:

2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
17.227	24	6.548	11.338	13.412	37.992	86.541

Notas Explicativas**7.4. Passivo fiscal diferido**

	Não circulante			
	31/3/2012		31/12/2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Diferenças temporárias:				
Provisão para passivos regulatórios	1.799	1.799	1.795	1.795
Ajustes da Lei 11.638/2007	1.530	1.530	-	-
Base de cálculo dos impostos diferidos	3.329	3.329	1.795	1.795
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Impostos diferidos não circulante (outros)	832	300	449	162
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação:				
Reserva de reavaliação	1.345.140	1.345.140	1.345.140	1.345.140
(-) Reversão de reavaliação anterior	(320.430)	(320.430)	(320.430)	(320.430)
(-) Depreciação / baixas	(497.940)	(497.940)	(494.865)	(494.865)
Base de cálculo	526.770	526.770	529.845	529.845
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	131.693	47.409	132.461	47.686
Total dos tributos diferidos	132.525	47.709	132.910	47.848

Notas Explicativas**7.5. Movimentação dos tributos diferidos**

Imposto de renda:	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	31/3/2012
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	12.061	(108)	-	11.953
Perda no valor recuperável	32.239	10.040	-	42.279
Provisão para perdas não operacionais	4.877	-	-	4.877
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	3.584	-	-	3.584
Prejuízos fiscais	13.967	-	-	13.967
Outros ativos regulatórios	(449)	-	-	(449)
Encargos de reavaliação	(132.461)	2.078	(1.310)	(131.693)
Ajustes da Lei 11.638/2007	2.390	(2.772)	-	(382)
Ajustes instrução CVM nº 371/2002	-	(9.932)	-	(9.932)
Total	(63.792)	(694)	(1.310)	(65.796)

Contribuição social:	31/12/2011	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos no patrimônio líquido	31/3/2012
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis	4.342	(39)	-	4.303
Perda no valor recuperável	11.606	3.615	-	15.221
Provisão para perdas não operacionais	1.756	-	-	1.756
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600	1.290	-	-	1.290
Base negativa	818	-	-	818
Outros ativos regulatórios	(162)	-	-	(162)
Encargos de reavaliação	(47.686)	748	(471)	(47.409)
Ajustes da Lei 11.638/2007	860	(998)	-	(138)
Ajustes instrução CVM nº 371/2002	-	(3.576)	-	(3.576)
Total	(27.176)	(250)	(471)	(27.897)

8. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social: O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20/1/2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no exercício:

Saldo em 31/12/2011	22.320
Valor provisionado	(1.151)
Valor homologado	11.925
Saldo em 31/3/2012	33.094

Notas Explicativas



9. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

O valor do Investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 473.617, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 288.957.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 31/3/2012, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 177.105 (R\$ 175.829 em 31/12/2011), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.

10. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Valores a recuperar de empregados	3.660	4.959	-	-
Desativações em curso (a)	52.475	49.234	-	-
Adiantamentos a fornecedores	4.238	609	-	-
Alienação de bens e direitos	856	839	-	-
Rendas a receber (b)	20.641	19.773	-	-
Títulos e valores mobiliários	100	1.920	1.225	1.226
Créditos em conta de energia elétrica	3.979	3.139	-	-
Custos de geração térmica (c)	19.489	19.489	-	-
Despesas pagas antecipadamente	2.252	1.835	-	-
Valores a liberar de Instituições Financeiras	37.864	-	-	-
Outros	2.624	2.039	-	1
Total	148.178	103.836	1.225	1.227

(a) Refere-se as desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao ativo intangível ou realização.

(b) Refere-se a juros sobre parcelamentos de contas de energia elétrica e atualização monetária de contas de energia elétrica em atraso.

Notas Explicativas



(c) De acordo com o Artigo 3º da Medida Provisória nº 466 de 29/7/2009, convertida em Lei nº 12.111 de 9/12/2009, o reembolso dos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, deve considerar a apropriação dos custos relativos à contratação de energia e de potência associada, geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos e impostos do Setor Elétrico e aos investimentos realizados, além de ser considerado, como forma de reembolso, os demais custos diretamente associados à prestação dos serviços de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala, conforme especificados na Lei. Conforme permitido, a Companhia pode diferir estes custos e pleitear por meio de revisão tarifária, cabendo a ANEEL, homologar os custos apresentados e definir os critérios de ressarcimento.

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal ("CEF"), a Denerge - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP"), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia acompanha esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 31/3/2012, a Companhia não atendeu o indicador de Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) menor que 0,55. As captações posteriores ao não atendimento do indicador foram efetuadas após obtenção de anuência do FI-FGTS. Os demais limites operacionais do acordo foram atendidos.

As operações com o acionista não controlador, Eletrobrás, estão detalhadas na nota explicativa nº 15 – Empréstimos e financiamentos.

Em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1) os contratos de conta corrente passivos, estão atualizados até fevereiro/2012.

Notas Explicativas**11.1. Transações e saldos com empresas relacionadas**

	Relacionamento	No trimestre findo em:	
		31/3/2012	31/3/2011
Receitas financeiras	-	1.304	3.173
Despesas financeiras	-	(2.847)	(3.346)
Custo de prestação de serviços:			
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Coligada	(1.211)	(1.055)
		No período/exercício findo em:	
		31/3/2012	31/12/2011
SALDOS ATIVOS			
Não circulante			
Alienação de bens e direitos (a):			
Rede Power do Brasil S.A.	Coligada	116.687	115.463
Total		116.687	115.463
SALDOS PASSIVOS			
Circulante			
Fornecedores:			
Rede Eletricidade e Serviços S.A.	Coligada	1.207	792
Total		1.207	792
Não circulante			
Valores a reembolsar:			
Caiuá Distribuição de Energia S.A	Coligada	2.047	2.047
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	14	-
		2.061	2.047
Conta corrente (b):			
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Coligada	23.113	22.796
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada	66.004	65.099
Emp. de Distrib. de Energia Vale Paranapanema S.A. (EDEVP)	Coligada	37.857	37.338
Companhia Nacional de Energia Elétrica (CNEE)	Coligada	20.550	18.279
Companhia Força e Luz do Oeste (CFLO)	Coligada	17.296	19.048
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	11.741	11.581
		176.561	174.141
Total		178.622	176.188

(a) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participação societária na Companhia Rede Lajeado Energia S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações, no valor de R\$ 76.124, com a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho nº 2.147 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 20/12/2005 e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações com a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho nº 683 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 3/4/2006.

Notas Explicativas



Em novembro de 2007, por meio do primeiro termo aditivo ao Instrumento Particular de Venda e Compra de ações da Rede Lajeado Energia S.A. foi renegociada a remuneração e forma de pagamento adequando o respectivo encargo para IGP-M mais 2% a.a. e o pagamento em 10 parcelas anuais vencendo a 1ª em 30/6/2008. Este aditamento tem a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho nº 3.458 de 21/11/2007 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira publicado no DOU de 23/11/2007.

(b) Conta corrente

• Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 7º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas informações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

• Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato.

A Companhia foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas informações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

11.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, no 1º trimestre de 2012, que corresponde a benefícios de curto prazo, foi de R\$ 714 (R\$ 703 no 1º trimestre de 2011) e, o valor correspondente a benefícios pós-emprego, foi de R\$ 18 (R\$ 13 no 1º trimestre de 2011).

No 1º trimestre de 2012 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

Notas Explicativas**12. ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL DO CONTRATO DE CONCESSÃO**

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo financeiro	468.395	458.056
Ativo intangível	2.316.184	2.219.057
Total	<u>2.784.579</u>	<u>2.677.113</u>

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2011</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>31/3/2012</u>
Em serviço:					
Custo					
Geração	26.734	-	-	-	26.734
Distribuição	4.296.486	-	(18.015)	30.991	4.309.462
Comercialização	21.273	-	-	-	21.273
Administração	93.206	-	-	52	93.258
Subtotal	<u>4.437.699</u>	<u>-</u>	<u>(18.015)</u>	<u>31.043</u>	<u>4.450.727</u>
(-) Obrigações vinc. à concessão	(1.081.867)	(11)	-	(20.012)	(1.101.890)
Total do custo	<u>3.355.832</u>	<u>(11)</u>	<u>(18.015)</u>	<u>11.031</u>	<u>3.348.837</u>
(-) Amortização					
Geração	(5.558)	(293)	-	-	(5.851)
Distribuição	(1.173.413)	(47.305)	8.505	-	(1.212.213)
Comercialização	(8.308)	(209)	-	-	(8.517)
Administração	(51.357)	(1.935)	-	-	(53.292)
Subtotal	<u>(1.238.636)</u>	<u>(49.742)</u>	<u>8.505</u>	<u>-</u>	<u>(1.279.873)</u>
Obrigações vinc. à concessão	122.000	11.992	-	-	133.992
Total da amortização	<u>(1.116.636)</u>	<u>(37.750)</u>	<u>8.505</u>	<u>-</u>	<u>(1.145.881)</u>
Total em serviço	<u>2.239.196</u>	<u>(37.761)</u>	<u>(9.510)</u>	<u>11.031</u>	<u>2.202.956</u>
Em Curso:					
Geração	2.963	470	-	12	3.445
Distribuição	715.749	152.351	-	(31.702)	836.398
Comercialização	224	1.983	-	-	2.207
Administração	17.874	1.192	-	647	19.713
Subtotal	<u>736.810</u>	<u>155.996</u>	<u>-</u>	<u>(31.043)</u>	<u>861.763</u>
Obrigações vinc. à concessão	(298.893)	(5.124)	3.865	20.012	(280.140)
Total em curso	<u>437.917</u>	<u>150.872</u>	<u>3.865</u>	<u>(11.031)</u>	<u>581.623</u>
Total	<u>2.677.113</u>	<u>113.111</u>	<u>(5.645)</u>	<u>-</u>	<u>2.784.579</u>

Notas Explicativas

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que os compõe:

			31/3/2012		31/12/2011	
			Valor líquido		Valor líquido	
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
Em serviço:						
Terrenos	19.701	-	-	19.701	-	19.701
Edificações, obras civis e benfeitorias	117.271	(44.068)	52.348	20.855	53.246	20.811
Máquinas e equipamentos	4.251.462	(1.202.100)	2.600.096	449.266	2.636.230	438.969
Veículos	23.801	(11.422)	12.378	-	13.312	-
Móveis e utensílios	11.195	(8.764)	2.431	-	2.465	-
Servidões (a)	10.322	-	-	10.322	-	10.204
Softwares (b)	16.975	(13.518)	3.392	64	3.943	182
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(1.101.890)	133.992	(936.084)	(31.813)	(928.056)	(31.811)
Subtotal	3.348.837	(1.145.880)	1.734.561	468.395	1.781.140	458.056
Em curso:						
Terrenos	803	-	803	-	803	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	9.236	-	9.236	-	9.249	-
Máquinas e equipamentos	606.739	-	606.739	-	527.321	-
Móveis e utensílios	912	-	912	-	912	-
Material em depósito	94.155	-	94.155	-	90.563	-
Servidões (a)	1.398	-	1.398	-	1.398	-
Softwares (b)	17.724	-	17.724	-	16.954	-
Outros	130.796	-	130.796	-	89.610	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(280.140)	-	(280.140)	-	(298.893)	-
Subtotal	581.623	-	581.623	-	437.917	-
Total	3.930.460	(1.145.880)	2.316.184	468.395	2.219.057	458.056

(a) *Servidões*: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizadas, apenas sujeitas a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

(b) *Softwares*: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados por meio de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei nº 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Notas Explicativas



Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

						31/3/2012	31/12/2011	
	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço:								
Geração	4,38%	26.734	(4.856)	(5.851)	16.027	(54)	15.973	16.267
Distribuição	4,40%	4.309.462	(451.851)	(1.212.213)	2.645.398	(967.377)	1.678.021	1.722.201
Comercialização	3,94%	21.273	(5.666)	(8.517)	7.090	(235)	6.855	7.070
Administração	8,30%	93.258	(6.022)	(53.292)	33.944	(232)	33.712	35.602
Subtotal		4.450.727	(468.395)	(1.279.873)	2.702.459	(967.898)	1.734.561	1.781.140
Em curso:								
Geração		3.445	-	-	3.445	-	3.445	2.963
Distribuição		836.398	-	-	836.398	(280.140)	556.258	416.856
Comercialização		2.207	-	-	2.207	-	2.207	224
Administração		19.713	-	-	19.713	-	19.713	17.874
Subtotal		861.763	-	-	861.763	(280.140)	581.623	437.917
Total		5.312.490	(468.395)	(1.279.873)	3.564.222	(1.248.038)	2.316.184	2.219.057

(*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367/2009, sendo as seguintes:

	Taxas anuais de amortização %		Taxas anuais de amortização %
Geração:		Comercialização:	
Equipamento geral	10,00	Equipamento geral	10,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	4,00
Turbina hidráulica	2,50		
Distribuição:		Administração central:	
Barra de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	20,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00		
Regulador de tensão	3,50 - 4,80		
Transformador de distribuição	5,00		

Notas Explicativas



Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Participação do consumidor	(51.909)	(347.924)	(730)	(728)	(52.639)	(348.652)
Participação da União	(6.023)	(6.098)	(237)	(237)	(6.260)	(6.335)
Participação do Estado	(3.295)	(3.310)	(101)	(101)	(3.396)	(3.411)
Participação dos Municípios	(58.425)	(58.424)	(2.005)	(2.005)	(60.430)	(60.429)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(2.313)	(2.344)	(99)	(99)	(2.412)	(2.443)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34)	(36)	(4)	(4)	(38)	(40)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(119)	(114)	(3)	(3)	(122)	(117)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(619.331)	(808.118)	(28.634)	(28.634)	(647.965)	(836.752)
Outros	(474.776)	(581)	-	-	(474.776)	(581)
Total	(1.216.225)	(1.226.949)	(31.813)	(31.811)	(1.248.038)	(1.258.760)

Notas Explicativas



Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia procedeu a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

	<u>Laudo de avaliação</u>	<u>Valor residual</u>	<u>Incremento</u>
Geração	22.819	15.709	7.110
Distribuição	1.497.612	934.207	563.405
Comercialização	13.870	8.982	4.888
Administração	52.726	43.160	9.566
Total	1.587.027	1.002.058	584.969
Impostos diferidos			(196.055)
Reavaliação anterior			295.652
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(3.021)
Realização da reserva de reavaliação - líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas)			(333.877)
Reserva de reavaliação registrada no Patrimônio Líquido em 31/3/2012			347.668

O efeito no resultado do período findo em 31/3/2012, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$ 7.266, líquido dos efeitos tributários (R\$ 18.428 no período findo em 31/3/2011).

Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2011, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 - R1 (Redução ao valor recuperável de ativos). O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

Notas Explicativas**13. FORNECEDORES**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Suprimento de energia elétrica	234.112	145.599
Energia livre - CCEE	5.569	9.237
Aquisição de combustível	159.720	93.046
Encargos de uso da rede elétrica	22.662	7.403
Materiais e serviços	145.997	70.173
Total	<u>568.060</u>	<u>325.458</u>

14. OBRIGAÇÕES FISCAIS

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Obrigações fiscais Federais:				
IRRF	26.877	2.614	-	-
Previdência social	4.299	5.447	-	-
FGTS	569	949	175	-
PIS	18.033	10.219	-	-
COFINS	78.711	46.932	-	-
Outros	215	1.035	-	-
Subtotal	<u>128.704</u>	<u>67.196</u>	<u>175</u>	<u>-</u>
Parcelamentos:				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (a)	48.546	56.381	115.483	117.724
Parcelamento ordinário - PIS (b)	5.217	5.097	15.435	16.352
Parcelamento ordinário - COFINS (b)	24.032	23.476	71.755	75.964
Parcelamento ordinário - CPMF(b)	1.207	1.239	8.921	9.046
Outros	-	-	-	175
Subtotal	<u>79.002</u>	<u>86.193</u>	<u>211.594</u>	<u>219.261</u>
Total de obrigações fiscais Federais	<u>207.706</u>	<u>153.389</u>	<u>211.769</u>	<u>219.261</u>
Obrigações fiscais Estaduais:				
ICMS	187.004	89.781	-	-
Parcelamentos:				
ICMS (c)	76.576	105.226	31.038	45.907
Total de obrigações fiscais Estaduais	<u>263.580</u>	<u>195.007</u>	<u>31.038</u>	<u>45.907</u>
Obrigações fiscais Municipais:				
ISS	1.270	2.039	-	-
Total de obrigações fiscais Municipais	<u>1.270</u>	<u>2.039</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de obrigações fiscais	<u>472.556</u>	<u>350.435</u>	<u>242.807</u>	<u>265.168</u>

(a) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Previdência Social, em função da adesão da Companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Notas Explicativas

Em 29/6/2011, a Companhia concluiu a etapa final da consolidação das modalidades de parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/2009, com as informações dos montantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de multas e juros, indicação dos débitos passíveis de parcelamento e do número de parcelas.

	Tributos			Total
	RFB	PGFN	Previdência Social	
Saldo consolidado em 31/12/2011	88.818	70.761	14.526	174.105
Encargos	2.332	1.444	296	4.072
Amortizações	(12.456)	(1.404)	(288)	(14.148)
Saldo consolidado em 31/3/2012	78.694	70.801	14.534	164.029

(b) Parcelamento ordinário – Parcelamento concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS, COFINS e CPMF, protocolado em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, cujo primeiro pagamento ocorreu em 25/11/2009 e o último está previsto para ser liquidado em 30/10/2014.

(c) Parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará com prazos de amortização de 36 meses, iniciado em maio/2010 e com encerramento previsto para abril/2013; 40 meses iniciado em julho/2011 e com encerramento previsto para outubro/2014; 60 meses iniciado em agosto/2011 com encerramento previsto para julho/2016. Os parcelamentos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%. Em novembro/2011, a Companhia firmou novo parcelamento junto a Procuradoria Geral do Estado do Pará, com prazo de amortização em 4 meses, iniciado em novembro/2011 e com encerramento previsto em fevereiro/2012. Para este parcelamento, foram oferecidos em garantia bens do ativo intangível.

Notas Explicativas



15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1. Composição

	31/3/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
BNDES - URTJLP	189.263	-	194.775	-
BNDES - PRÉ	45.550	-	46.531	-
Eletrobrás	86.838	334.449	74.843	341.501
FINAME	2.226	2.955	2.135	3.367
Capital de giro - CDI	249.472	233.728	274.494	239.100
Capital de giro - IPCA	17.500	6.944	17.789	9.722
Capital de giro - PRÉ	9.072	21.170	37.559	-
FNO	6.836	76.277	5.718	77.450
FDE	916	754	838	877
Subtotal	607.673	676.277	654.682	672.017
(-) Custo de transação	(1.192)	(1.356)	(1.233)	(1.621)
Total moeda nacional	606.481	674.921	653.449	670.396
Moeda estrangeira:				
BID	89.877	-	111.283	-
Unit Notes	-	-	11.724	-
Tesouro nacional	3.239	35.796	3.043	36.851
Capital de giro	467.084	-	472.643	-
Subtotal	560.200	35.796	598.693	36.851
(-) Custo de transação	(1.657)	(5.257)	(1.678)	(5.672)
(-) Cauções	-	(24.920)	-	(25.654)
Total moeda estrangeira	558.543	5.619	597.015	5.525
Total geral	1.165.024	680.540	1.250.464	675.921
Principal	1.128.277	687.153	1.224.577	683.214
Encargos	36.747	(6.613)	25.887	(7.293)

Notas Explicativas**15.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador**

	<u>31/3/2012</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>%</u>
Moeda nacional:				
URTJLP	193.965	15,11	199.767	15,06
UFIR	421.287	32,81	416.344	31,38
CDI	483.200	37,64	513.595	38,71
IPCA	24.444	1,90	27.511	2,07
TJLP	1.670	0,13	1.716	0,13
PRÉ-FIXADO	159.384	12,41	167.766	12,65
	1.283.950	100,01	1.326.699	100,00
Custo de transação	(2.548)		(2.854)	
Subtotal	1.281.402		1.323.845	
Moeda estrangeira:				
Dólar norte-americano				
LIBOR	14.691	2,46	15.091	2,37
PRÉ-FIXADO	581.305	97,54	620.453	97,63
	595.996	100,00	635.544	100,00
Custo de transação	(6.914)		(7.350)	
Cauções	(24.920)		(25.654)	
Subtotal	564.162		602.540	
Total	1.845.564		1.926.385	

15.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

Em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1) os empréstimos e financiamentos em moeda nacional e BID em moeda estrangeira, foram atualizados até fevereiro/2012. Os demais contratos em moeda estrangeira estão atualizados ao câmbio do fechamento desta demonstração de acordo com o artigo 50 da Lei nº 11.101/2005.

Moeda nacional:

a. Eletrobrás: recursos destinados à investimentos no ativo imobilizado para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a..

b. Eletrobrás: empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a.. Até março/2012, foi liberado o montante de R\$ 86.196 por meio do contrato ECF-2812/2010 e ECFS-2870/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em agosto/2024 com encargos de 7% a.a..

c. BNDES: em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, com taxa média de 4,07% a.a. acima da variação da TJLP e taxa pré-fixada de 4,5% a.a., vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até março/2012 foram liberados R\$ 240.385.

Notas Explicativas



d. FNO: em dezembro/2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, por meio do Banco da Amazônia no valor total de R\$ 118.067, ao custo de 8,5% a.a.; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até março/2012 foram liberados R\$ 82.789.

e. FDE: em dezembro/2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, por meio do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$ 2.627, ao custo de 6% a.a. acima da TLJP, com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

f. Tesouro nacional: Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros pré que variam de 6% a 8% a.a., e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”) cujo saldo em 31/3/2012 era de R\$ 24.920 (R\$ 25.653 em 31/12/2011).

g. Capital de giro: As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em janeiro/2016.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 5,03% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 14,74% a.a.

Dentro destas operações existe contrato com taxa de juros efetiva de 7,5% a.a. que contemplam os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 326.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2012	927	1.233
2013	965	965
2014	544	544
2015	112	112
Total	2.548	2.854

Moeda estrangeira:

a. Empréstimo Unit Notes: em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a *Unit Notes*, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 17). Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899, correspondentes a R\$ 61.231.

Notas Explicativas



Esta operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 20

b. Empréstimo – BID: em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (*clubdeal*) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte “B” terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida de *spread* de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de *spread* de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 17).

c. Capital de Giro – BOND’s: em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$ 250.000 com taxa de 10,5% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os BOND’s são negociados na *Irish Stock Exchange* (Bolsa de Valores da Irlanda). Os recursos desta operação serão utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos. A utilização dos recursos até dezembro/2011 foi a seguinte:

Valor liberado	395.987
Comissão de estruturação	(8.286)
Liquidação antecipadas de contratos	(224.882)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jun/2011	(28.037)
Antecipação de parcelas com vencimento em jul/2011	(13.191)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jul/2011	(42.389)
Pagamentos de parcelas com vencimento em ago/2011	(26.632)
Pagamentos de parcelas com vencimento em set/2011	(21.243)
Pagamentos de parcelas com vencimento em out/2011	(22.808)
Pagamentos de parcelas com vencimento em nov/2011	(8.519)
Saldo disponível	-

Esta operação possui uma taxa de juros efetiva de 10,92% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme CPC 08 - R1 (Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários). Durante o 1º trimestre de 2012 foram amortizados R\$ 414.

Os custos da transação a serem amortizados são:

Vencimento:	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
2012	1.243	1.678
2013	1.657	1.658
2014	1.657	1.657
2015	1.657	1.657
2016	700	700
Total	<u>6.914</u>	<u>7.350</u>

Notas Explicativas**15.4. Garantias**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

15.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Custo de transação	Cauções	31/3/2012	31/12/2011
2013	192.916	1.667	(1.942)	-	192.641	216.251
2014	145.595	833	(2.201)	-	144.227	121.059
2015	71.919	-	(1.770)	-	70.149	65.067
2016	52.121	-	(700)	-	51.421	51.195
2017	49.989	-	-	-	49.989	49.989
2018	48.687	-	-	-	48.687	48.687
2019	39.218	-	-	-	39.218	39.218
2020	20.457	-	-	-	20.457	20.457
2021	18.755	-	-	-	18.755	18.755
2022	16.644	-	-	-	16.644	16.644
2023	15.012	-	-	-	15.012	15.012
2024	4.964	33.296	-	(24.920)	13.340	13.587
Total	676.277	35.796	(6.613)	(24.920)	680.540	675.921

15.6. Movimentação

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31/12/2011	653.449	670.396	597.015	5.525	1.926.385
Ingressos	-	40.000	-	-	40.000
Encargos	22.532	-	9.395	-	31.927
Varição monetária e cambial	25	29	(24.088)	(1.055)	(25.089)
Transferências	35.769	(35.769)	-	-	-
Pagamentos de principal	(87.803)	-	(21.036)	-	(108.839)
Pagamentos de juros	(17.532)	-	(2.764)	-	(20.296)
Custo de transação	-	-	-	-	-
Transferência de custo de transação	(265)	265	(414)	414	-
Apropriação de custo de transação	306	-	435	-	741
Atualização cauções	-	-	-	735	735
Saldo em 31/3/2012	606.481	674.921	558.543	5.619	1.845.564

Notas Explicativas**16. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO****16.1. Composição**

	31/3/2012		31/12/2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Moeda nacional:				
Arrendamento mercantil	5.864	3.066	6.198	4.071
Total moeda nacional	5.864	3.066	6.198	4.071
Principal	5.801	3.066	6.135	4.071
Encargos	63	-	63	-

16.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	31/3/2012		31/12/2011	
		%		%
Moeda nacional:				
CDI	8.407	94,14	9.557	93,07
PRÉ-FIXADO	523	5,86	712	6,93
Total	8.930	100,00	10.269	100,00

16.3. Detalhamento dos arrendamentos financeiros

Contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas pré-fixadas ou indexadas ao CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em abril/2014.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 3,25% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 13,14% a.a.

A dívida total a valor presente dos arrendamentos mercantis em 31/3/2012 é de R\$ 8.930 (R\$ 10.269 em 31/12/2011) e os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2012	4.746	6.198
2013	4.023	3.915
2014	161	156
Total	8.930	10.269

Notas Explicativas**16.4. Movimentação**

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2011	6.198	4.071	10.269
Ingressos			-
Encargos	196	-	196
Transferências	1.005	(1.005)	-
Pagamentos de principal	(1.463)	-	(1.463)
Pagamentos de juros	(72)	-	(72)
Saldo em 31/3/2012	5.864	3.066	8.930

16.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No 1º trimestre de 2012 a Companhia pagou um montante de R\$ 2.880 (R\$ 2.274 no 1º trimestre de 2011) referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas “Outros Custos de Operações” e “Despesas Gerais e Administrativas”. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	<u>R\$</u>
Até 1 ano	4.324
de 1 a 5 anos	4.356
mais que 5 anos	7.368
Total	16.048

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com instituições financeiras, em sua maioria, de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia não possui verificadores nem chamada de margens.

a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor justo. Na rubrica consumidores (vide nota explicativa nº 5) foi apurado uma perda estimada no valor recuperável, assim, o valor recuperável pode ser considerado uma estimativa de seu valor justo. Os ativos financeiros – bens da concessão (vide nota explicativa nº 12) representa os investimentos não depreciados, assim a Companhia estima que o valor justo dos mesmos é próximo ao valor contábil. As operações com partes relacionadas estão a valor justo.

Em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1), os empréstimos e financiamentos e operações com swap apresentados no quadro a seguir não tem seu valor justo.

Notas Explicativas

	Nota	Categoria	31/3/2012		31/12/2011	
			Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	4	Valor justo por meio de resultado	209.645	209.645	208.756	208.756
Consumidores	5	Empréstimos e recebíveis	664.090	664.090	648.017	648.017
Títulos a receber	-	Empréstimos e recebíveis	6.201	6.201	6.149	6.149
Partes relacionadas	11	Empréstimos e recebíveis	116.687	116.687	115.463	115.463
Ativo financeiro - bens da concessão	12	Empréstimos e recebíveis	468.395	468.395	458.056	458.056
Sub-rogação CCC	9	Empréstimos e recebíveis	177.105	177.105	175.829	175.829
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	Mensurado pelo custo amortizado	568.060	568.060	325.458	325.458
Empréstimos e financiamentos	15	Mensurado pelo custo amortizado	1.845.564	-	1.926.385	1.926.561
Financiamento por arrendamento mercantil	16	Mensurado pelo custo amortizado	8.930	8.930	10.269	10.269
Partes relacionadas	11	Mensurado pelo custo amortizado	178.622	178.622	176.188	176.188
Operações de swap	17	Valor justo por meio de resultado	111.983	-	106.861	106.861

Hierarquia do valor justo:

	31/3/2012			31/12/2011		
	Valor contábil	Nível 1	Nível 2	Valor contábil	Nível 1	Nível 2
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	209.645	106.290	103.355	208.756	47.699	161.057
Passivos						
Instrumentos financeiros derivativos	111.983	-	111.983	106.861	-	106.861

A Companhia não possui nenhuma operação classificada na hierarquia do valor justo nível 3.

b. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da superintendência financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros com derivativos embutidos.

c. Obrigações expostas a variação cambial

Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de *swap*, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos do BID.

Notas Explicativas**d. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de operações com swap**

Operações passivas				Valor justo	
Objetivo de <i>hedge</i> de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento	Valor nominal 31/3/2012	31/3/2012	31/12/2011
Swap BID					
Banco Société Générale		Fev/12 a Mai/12	8.816	(9.049)	(8.125)
Ponta ativa	USD + 0%			3.497	7.564
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			12.546	15.689
Banco Itaú BBA S.A.		Fev/12 a Mai/15	26.114	(26.940)	(23.596)
Ponta ativa	USD + 0%			15.488	22.932
Ponta passiva	IGPM + 4,38%			42.428	46.528
Unibanco S.A.		Fev/12 a Mai/15	44.308	(44.241)	(41.068)
Ponta ativa	USD + 0%			35.374	40.093
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			79.615	81.161
Total BID				(80.230)	(72.789)
Swap UNIT NOTES (b)					
Unibanco S.A. (c)				(17.579)	(18.428)
Ponta ativa				-	15.680
Ponta passiva				-	34.108
Saldos pendentes a pagar				(17.579)	-
Merrill Lynch (c)				(14.174)	(15.647)
Ponta ativa				-	15.680
Ponta passiva				-	31.327
Saldos pendentes a pagar				(14.174)	-
Total UNIT NOTES				(31.753)	(34.075)
TOTAL GERAL				(111.983)	(106.864)
Passivo circulante				(71.526)	(68.499)
Passivo não circulante				(40.457)	(38.362)

Obs.: Os valores das operações com swap registradas nas contas patrimoniais estão atualizadas até 29/2/2012 em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1).

(a) Para maiores informações sobre as dívidas em questão, vide nota explicativa nº 15.

(b) Devido ao pagamento antecipado da dívida, o valor nominal do *swap* é superior a dívida (vide nota explicativa nº 15).

(c) Os contratos de derivativos com vencimento em 15/2/2012 estavam em aberto na data do pedido da recuperação judicial.

Notas Explicativas**Vencimento das parcelas do não circulante:**

Vencimento:	31/3/2012	31/12/2011
2013	12.697	14.592
2014	18.698	16.001
2015	9.062	7.769
Total	40.457	38.362

Movimentação das contas patrimoniais de operações com swap:

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31/12/2011	(68.499)	(38.362)	(106.861)
Atualização	(6.418)	(3.886)	(10.304)
Transferências	(3.970)	3.970	-
Pagamentos	8.593	-	8.593
Ajuste marcação a mercado	(1.232)	(2.179)	(3.411)
Saldo em 31/3/2012	(71.526)	(40.457)	(111.983)

Resultado com derivativos

O resultado efetivo decorrente de operações de instrumentos financeiros derivativos é apresentado na nota explicativa nº 28 "Resultado Financeiro".

e. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia possui apenas operações de *swap*, não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apuração do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cálculo do valor justo baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utilização de curvas de mercado divulgadas pela BM&F. A mensuração é considerada nível 2 na hierarquia do valor justo.

f. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

Tesouro Nacional: Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuir garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US\$) (vide nota explicativa nº 15.3). Esta garantia destina-se exclusivamente a liquidação do principal da dívida com vencimento em abril/2024, não se permitindo o ressarcimento de tais garantias em amortizações antecipadas.

Capital de Giro – BOND'S: O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 13/6/2011, adiou a decisão de contratação ou não de mecanismos de proteção cambial (contratação de *hedge*) para esta operação, até que fosse integralmente internado o valor da emissão, bem como, até que a Diretoria Executiva da Companhia apresentasse estudos e análises de propostas em reunião que se realizaria no prazo máximo de 60 dias contados daquela data. Em reunião realizada no dia 8/11/2011 o Conselho de Administração, face a instabilidade e volatilidade do mercado financeiro naquele momento, deliberou pela não contratação de mecanismos de proteção cambial e estabeleceu que o assunto poderá ser recanalizado a qualquer tempo a pedido dos Conselheiros.

g. Garantias: As garantias dadas são mencionadas nas notas explicativas nº 14 e 15, e não existem garantias tomadas.

Notas Explicativas



h. Análise de sensibilidade

Em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1) a Companhia deixou de apresentar o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições de instrumentos derivativos abertos dos contratos de *swap* em 31/3/2012, tendo em vista que os mesmos se encontram atualizados até fevereiro/2012.

17.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

17.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 5.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 5.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, que possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de mercado e, conseqüentemente, contratação de instrumentos derivativos, junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

As operações de *hedge* cambial estão atreladas ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o *swap* cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do *Unit Notes* (vide nota explicativa nº 15).

Os principais riscos de mercado que podem afetar o resultado da Companhia é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas nº 4, nº 15 e nº 16.

Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Com relação aos derivativos,

Notas Explicativas



representados por *swaps* que visam proteger dívidas em moeda estrangeira, a ponta passiva não foi sensibilizada conforme item “f - teste de sensibilidade”, da mesma forma, a ponta ativa também não será sensibilizada no quadro a seguir:

- **Risco cambial**

Exposição e análise de sensibilidade para operações denominadas em dólar

	Exposição líquida	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros				
Recebíveis	24.919	1.764	8.435	15.105
Passivos Financeiros				
Mensurado pelo valor justo através do resultado	-	-	-	-
Mensurado pelo custo amortizado	(506.119)	(35.832)	(171.299)	(306.794)
Total	(481.200)	(34.068)	(162.864)	(291.689)

- **Risco de indexadores**

O risco de indexadores relativos aos empréstimos e financiamentos não estão contido no quadro abaixo uma vez que os mesmos foram atualizados até fevereiro/2012, conforme nota explicativa nº 19, em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1).

	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
Ativos Financeiros			
CDI	(516)	1.547	3.609
TR	-	32	64
Passivos Financeiros			
TJLP	-	(74)	(149)
CDI	49	(146)	(340)
Total	(467)	1.359	3.184

c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Considerando que, com a exceção dos empréstimos e financiamentos, os saldos que representam riscos de liquidez naquela data estavam todos classificados no curto prazo e que esses valores em virtude do segmento e fluxo financeiro da Companhia não são significativos. A Administração abriu por faixa de vencimento somente as operações de empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil que estão sendo apresentados nas notas explicativas nº 15.5 e nº 16.3.

Notas Explicativas



d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

Em função da recuperação judicial (vide nota explicativa nº 1) estas condições estão suspensas.

17.3. Gerenciamento de riscos relacionados à Companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

A ANEEL utiliza, para controle de qualidade dos serviços prestados, os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora). A Companhia adota medidas visando o cumprimento desses indicadores, como a implementação de ações estruturais de logística do atendimento das regiões mais afastadas e planos de melhorias para as regiões metropolitanas. O descumprimento desses indicadores resultam em multas.

a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

b. Gerenciamento de risco de compra de energia

A contratação de energia elétrica está atrelada à estudos e projeções de demanda de energia elétrica. Caso a Companhia compre energia aquém do necessário, estará sujeita a penalidades impostas pela ANEEL e ainda obrigada a adquirir energia no mercado de curto prazo, cujo preço pode ser mais elevado que a tarifa média de compra regulada das distribuidoras, para atender à demanda dos consumidores. Caso a Companhia compre energia além do necessário, poderá não conseguir repassar integralmente às suas tarifas os custos advindos dessas contratações incorretas, se exceder em mais de 3% sua contratação de energia em relação ao mercado consumidor da Companhia.

A Administração da Companhia monitora mensalmente os desvios entre a energia requerida e a contratada, a fim de mitigar o risco na operacionalização de compra de energia.

Notas Explicativas**c. Risco de não renovação das concessões**

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

18. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	30.773	17.584
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	57.666	35.743
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	14.797	9.076
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	9.851	5.884
Total	<u>113.087</u>	<u>68.287</u>

19. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	899	626	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	314	313	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	8.126	7.156	17.971	17.538
Programa de Eficiência Energética - PEE	16.346	13.961	34.478	33.644
Total	<u>25.685</u>	<u>22.056</u>	<u>52.449</u>	<u>51.182</u>

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

Notas Explicativas**20. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS – TRABALHISTAS**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Provisões sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	4.547	7.890
Provisão de encargos sociais sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	10.738	2.919
Total	<u>15.285</u>	<u>10.809</u>

21. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Está representada como segue:

	<u>31/3/2012</u>			<u>31/12/2011</u>		
	<u>Provisão</u>		<u>Depósitos judiciais</u>	<u>Provisão</u>		<u>Depósitos judiciais</u>
	<u>No exercício</u>	<u>Saldo</u>		<u>No exercício</u>	<u>Saldo</u>	
Cíveis - Consumidores (a)	(2)	3.154	5.499	(113)	3.156	6.437
Trabalhistas (b)	(433)	44.656	20.991	32.771	45.089	20.983
Fiscais e tributárias:						
ICMS	-	-	7	-	-	-
Total	<u>(435)</u>	<u>47.810</u>	<u>26.497</u>	<u>32.658</u>	<u>48.245</u>	<u>27.420</u>

	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2011	3.156	45.089	-	48.245
Constituição	-	-	-	-
Baixas/reversão	(2)	(433)	-	(435)
Saldo em 31/3/2012	<u>3.154</u>	<u>44.656</u>	<u>-</u>	<u>47.810</u>

Contingências passivas possíveis de perda (c):	<u>Cíveis</u>	<u>Trabalhistas</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
31/12/2011	3.063	4.044	-	7.107
31/3/2012	3.013	3.844	-	6.857

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

Notas Explicativas

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

(c) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

22. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

	Circulante			
			Total	
Vencimento	PCCS	Plano Bresser	31/3/2012	31/12/2011
2012	20.211	93.148	113.359	120.450
Ajuste a valor presente (a)	(430)	(947)	(1.377)	(1.993)
Total	19.781	92.201	111.982	118.457

(a) A Companhia procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007. Tendo em vista a natureza e complexidade dos cálculos da indenização, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foram omitidas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

Plano Bresser

Em 21/12/2004 a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No período findo em 31/3/2012, o impacto no resultado da Companhia relativo à atualização monetária foi de R\$ 3.386 (R\$ 13.629 em 31/12/2011).

Notas Explicativas**Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)**

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

No exercício findo em 31/3/2012, o impacto no resultado da Companhia relativo à atualização monetária foi de R\$ 1.264 (R\$ 2.525 em 31/12/2011).

23. OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/3/2012	31/12/2011	31/3/2012	31/12/2011
Convênios de arrecadação	2.111	2.436	-	-
Adiantamento de consumidores	18.591	19.992	-	-
Entidades seguradoras	252	150	-	-
Benefícios a aposentados	3.277	3.173	-	-
C.R.Almeida S.A . - Engenharia e Construções (a)	31.320	31.502	-	2.757
Encargos ex-isolados	842	838	-	-
Encargos tarifários	1.440	1.443	-	-
Subvenção PIS - CCC	-	-	10.481	9.810
Subvenção COFINS - CCC	-	-	48.274	45.185
Multas regulatórias (b)	41.303	-	-	-
Outros	12.049	3.830	3.096	3.098
Total	111.185	63.364	61.851	60.850

(a) Refere-se ao parcelamento da ação ordinária de indenização de autos nº 1993.1.002606-0 junto à C.R. Almeida S.A . – Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

(b) Refere-se a passivo por violação do limite de continuidade individual dos indicadores DIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão), FIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de frequência de interrupção por unidade consumidora ou por ponto de conexão) e DMIC (limite de continuidade estabelecido no período considerado para o indicador de duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou por ponto de conexão). Em relação ao período de apuração (mensal, trimestral ou anual), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o período de apuração. No caso de violação do limite de continuidade individual do indicador DICRI (limite de continuidade estabelecido para o indicador de duração da interrupção individual ocorrida em dia crítico por unidade consumidora ou ponto de conexão), a distribuidora deverá calcular a compensação ao consumidor e efetuar o crédito na fatura, apresentada em até dois meses após o mês de ocorrência da interrupção. Pelo fato da Companhia ter entrado com o pedido de recuperação judicial em 29/2/2012, todos os valores cujo fato gerador ocorreram antes do protocolo do pedido devem compor o saldo dos credores cujo pagamento será aprovado pela assembléia de credores dentro nos prazos e condições legais.

Notas Explicativas**24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****24.1. Capital Social**

O capital social da Companhia em 31/3/2012 é de R\$ 518.932 (R\$ 518.932 em 31/12/2011), e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias		Preferenciais						Total	
		%	A	%	B	%	C	%		%
QMRA	32.656.151	54,98	45.395	2,10	-	-	25.466	2,12	32.727.012	51,26
Eletrobrás	20.664.721	34,79	121.339	5,60	1.074.634	99,01	-	-	21.860.694	34,24
Rede Energia	6.061.329	10,20	300.617	13,87	2	-	90.437	7,53	6.452.385	10,11
Outros	15.295	0,03	1.699.465	78,43	10.737	0,99	1.085.346	90,35	2.810.843	4,39
Total	59.397.496	100,00	2.166.816	100,00	1.085.373	100,00	1.201.249	100,00	63.850.934	100,00

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

a) Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;

b) Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;

c) Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e à medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;

d) Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe "A" - 6%

Ações preferenciais classe "B" - 10%

Ações preferenciais classe "C" - 3%

24.2. Outros resultados abrangentes

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Reserva de reavaliação	347.668	354.934
	<u>347.668</u>	<u>354.934</u>

Notas Explicativas**25. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS**

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
RECEITA BRUTA DE VENDAS		
Fornecimento de energia elétrica	417.803	378.316
Disponibilização do sistema de distribuição	224.119	214.507
Suprimento de energia elétrica	27.046	4.804
Receita de construção	109.551	205.904
Outras receitas	4.036	3.487
Total da receita bruta de vendas	<u>782.555</u>	<u>807.018</u>
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		
Tributos diretos:		
ICMS	(133.645)	(123.270)
PIS	(11.232)	(9.987)
COFINS	(51.735)	(45.992)
Subtotal	<u>(196.612)</u>	<u>(179.249)</u>
Encargos do consumidor:		
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(13.188)	(3.189)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(21.923)	(19.535)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.950)	(3.391)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(839)	(775)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(839)	(775)
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(419)	(388)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2.097)	(1.938)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(1.258)	(1.163)
Subtotal	<u>(44.513)</u>	<u>(31.154)</u>
Total das deduções da receita bruta	<u>(241.125)</u>	<u>(210.403)</u>
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	<u>541.430</u>	<u>596.615</u>

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

26. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	<u>MWh</u>		<u>R\$</u>	
	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
Energia de leilão	2.146.415	2.153.807	(208.195)	(196.328)
Energia bilateral	53.060	54.745	(7.831)	(16.529)
Energia de curto prazo - CCEE	61.204	-	(35.023)	-
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	40.944	34.021	(8.581)	(6.807)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	15.451	14.306
Total	<u>2.301.623</u>	<u>2.242.573</u>	<u>(244.179)</u>	<u>(205.358)</u>

Notas Explicativas



27. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Despesas:								
Pessoal	(140)	(3.580)	(8.834)	(7.509)	-	-	-	-
Administradores	-	-	(732)	(716)	-	-	-	-
Material	(184)	(161)	(2.032)	(2.291)	-	-	-	-
Serviço de terceiros	(22.148)	(11.176)	(9.732)	(10.813)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(1.931)	(1.583)	-	-	-	(32)
Arrendamentos e aluguéis	-	(21)	(1.630)	(1.115)	-	-	-	-
Seguros	-	-	(62)	(200)	-	-	-	-
Tributos	-	-	(572)	(189)	-	-	-	(61)
Provisões (líquidas de reversão)	6.548	(1.180)	-	-	-	-	434	946
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	(1.098)	(979)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	(76)	(833)
Outros	9	1.279	(417)	(4.836)	-	-	(21)	(20)
Subtotal de despesas	(15.915)	(14.839)	(25.942)	(29.252)	-	-	(761)	(979)
Outros Resultados:								
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	82	-	(2)
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(2.330)	(16)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	-	-
Perda no valor recuperável	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	81	87	(115)	-
Subtotal de outros resultados	-	-	-	-	81	169	(2.445)	(18)
Total	(15.915)	(14.839)	(25.942)	(29.252)	81	169	(3.206)	(997)

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	31/3/2012	31/3/2011	31/3/2012	31/3/2011
Despesas com pessoal:				
Remuneração	(102)	(2.584)	(17.099)	(6.061)
Encargos sociais - INSS	(27)	(687)	(1.763)	(1.012)
Encargos sociais - FGTS	(8)	(209)	(584)	(295)
Contribuição como mantenedor da fundação	(3)	(85)	(273)	(136)
Indenização sobre o saldo do FGTS	-	(15)	(126)	(5)
(-) Transferências para ordens em curso	-	-	11.011	-
Total	(140)	(3.580)	(8.834)	(7.509)

Notas Explicativas



28. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/3/2012</u>	<u>31/3/2011</u>
Receitas financeiras:		
Renda de aplicação financeira	3.486	8.212
Mútuo com partes relacionadas	1.304	3.173
Juros ativos	4.563	7.058
Variação monetária	58.081	5.455
Acréscimos moratórios	9.502	16.857
Ajuste a valor presente	18.490	9.860
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	-	7.675
Operações de <i>swap</i>	3.150	-
Outras receitas financeiras	3.373	5.512
Total das receitas financeiras	<u>101.949</u>	<u>63.802</u>
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas		
Moeda nacional	(22.683)	(35.684)
Moeda estrangeira	(9.466)	(3.738)
Mútuo com partes relacionadas	(2.847)	(3.346)
Subtotal	<u>(34.996)</u>	<u>(42.768)</u>
Variações monetárias		
Moeda nacional	(4.186)	(12.099)
Moeda estrangeira	(33.638)	(2.274)
Subtotal	<u>(37.824)</u>	<u>(14.373)</u>
Juros / multas	(83.186)	(38.368)
Ajuste a valor presente	(7.822)	(12.548)
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	(3.411)	(11.020)
Operações de <i>swap</i>	(13.454)	(13.903)
Outras despesas financeiras	(15.599)	(11.199)
Total das despesas financeiras	<u>(196.292)</u>	<u>(144.179)</u>
Resultado financeiro	<u>(94.343)</u>	<u>(80.377)</u>

Notas Explicativas**29. PREJUÍZO POR AÇÃO**

Cálculo de prejuízo por ação (em milhares, exceto valor por ação).

	Exercícios findos em	
	31/3/2012	31/3/2011
Resultado básico por ação		
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício		
Para acionistas preferenciais classe A	(2.873)	(1.354)
Para acionistas preferenciais classe B	(1.439)	(678)
Para acionistas preferenciais classe C	(1.593)	(751)
Para acionistas ordinários	(78.763)	(37.126)
	(84.668)	(39.909)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferencias classe A	2.167	2.167
Média ponderada de número de ações preferencias classe B	1.085	1.085
Média ponderada de número de ações preferencias classe C	1.201	1.201
Média ponderada de número de ações ordinárias	59.398	59.398
	63.851	63.851
Resultado básico por ação		
Ações preferencias classe A	(1,32603)	(0,62504)
Ações preferencias classe B	(1,32603)	(0,62504)
Ações preferencias classe C	(1,32603)	(0,62504)
Ações ordinárias	(1,32603)	(0,62504)

30. EVENTO SUBSEQUENTE**Apresentação de alegações sobre termo de intimação expedido pela ANEEL**

Em atendimento ao Termo de Intimação expedido pela ANEEL em 2/4/2012, a Companhia protocolou em 30/4/2012 na ANEEL, apresentação de alegações preliminares e contestações sobre o relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, no qual menciona que está em fase de elaboração dos referidos planos.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO AS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - ITR

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) – “Em Recuperação Judicial”

Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) – “Em Recuperação Judicial” (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITRs. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Exceto quanto ao descrito na seção ‘Base para conclusão com ressalva’, conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Continuidade operacional - Recuperação Judicial

Conforme Nota Explicativa nº 1.1. às Informações Trimestrais – ITR, a Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial (RJ) deferido em 29 de fevereiro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida lei a Companhia apresentou em juízo no dia 04 de maio de 2012, dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, Plano de Recuperação que conteve: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A Assembleia Geral de Credores, nos termos da referida lei, votará o referido plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da Recuperação Judicial, respeitados os quóruns legais e a aprovação da própria Companhia.

Adicionalmente, conforme Termo de Intimação expedido pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, em 02 de abril de 2012, solicitou Plano de Ação a Companhia apresentando alegações e proposta para correção das falhas e das transgressões técnicas apontadas na referida reunião. A Companhia protocolou em 30 de abril de 2012 na ANEEL, apresentação de alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, no qual menciona que está em fase de elaboração dos referidos planos não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais tendo em vista as negociações em andamento bem como a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer, tais como: aprovação do plano de recuperação por parte dos credores; a aprovação do plano de ação por parte da ANEEL, bem como as negociações em andamento para equacionamento das dívidas e a revisão tarifária esperada pela Companhia.

No que se refere às informações contábeis intermediárias, a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$84.668 mil durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$1.401.000 mil. Em 31 de março de 2012 os ativos e passivos da Companhia foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as normas contábeis brasileiras e internacionais, a Administração deveria demonstrar este pressuposto de continuidade. A situação acima descrita indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia, cuja viabilidade econômico-financeira somente ocorrerá quando as medidas previstas no plano de Recuperação Judicial forem aprovadas.

As Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, ainda não contemplam os ajustes necessários e requeridos quando do desfecho das múltiplas incertezas acima mencionadas, que dependem de eventos futuros e incertos. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de Recuperação Judicial preparado e apresentado em juízo, bem como nas alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da Companhia.

Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferido ativo

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 às Informações Trimestrais - ITR, existem em 31 de março de 2012 créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R\$86.541 mil. A realização dos referidos créditos tributários depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na Nota Explicativa nº 1 às Informações Trimestrais - ITR e da ocorrência de lucros tributários futuros. Devido às incertezas significativas mencionadas no assunto anterior 'Continuidade operacional - Recuperação Judicial', não nos foi possível concluir quanto à probabilidade de realização destes créditos tributários.

Depósitos judiciais

Não nos foi apresentada documentação-suporte para o registro do montante reconhecido como "depósitos judiciais" de R\$26.497 mil em 31 de março de 2012. Conseqüentemente, fomos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas Informações Trimestrais - ITR, em relação à data base de 31 de março de 2012.

Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2012, não nos foi apresentada documentação-suporte para o registro de parte das "Aplicações Financeiras" no montante de R\$16.356 mil. Conseqüentemente, fomos impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas Informações Trimestrais - ITR.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, exceto pelos eventuais ajustes nas informações contábeis intermediárias dos quais poderíamos ter tomado conhecimento se não fosse pelas situações descritas na seção 'Base para conclusão com ressalva', não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado (DVA)

Revisamos, também, a demonstração intermediária do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2012, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anteriores

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de março de 2012, que conteve abstenção de opinião sobre as múltiplas incertezas mencionadas abaixo já considerando os fatos subsequentes ocorridos até a presente data:

(i) Conforme Nota Explicativa nº 1.1 às Informações Trimestrais - ITR, a Companhia teve seu pedido de Recuperação Judicial (RJ) deferido em 29 de fevereiro de 2012 nos termos da Lei nº 11.101/05. Conforme a referida Lei a Companhia apresentou em juízo no dia 04 de maio de 2012, dentro do prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias da publicação da decisão que deferiu o processamento da Recuperação Judicial, plano de recuperação que conteve: discriminação pormenorizada dos meios de recuperação a serem empregados; demonstração de sua viabilidade econômica; e laudo econômico-financeiro e de avaliação dos bens e ativos do devedor, subscrito por profissional legalmente habilitado ou empresa especializada. A Assembleia Geral de Credores, nos termos da referida Lei, votará o referido plano em prazo que não excederá 150 (cento e cinquenta) dias contados do deferimento do processamento da Recuperação Judicial. Adicionalmente, conforme documento "Memória da 7ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2012", realizada em 06 de março de 2012, foi decidido pela diretoria executiva da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, por meio de Termo de Intimação expedido em 02 de abril de 2012, solicitar Plano de Ação a Companhia apresentando alegações e proposta para correção das falhas e das transgressões técnicas apontadas na referida reunião. A Companhia protocolou em 30 de abril de 2012 na ANEEL, apresentação de alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, no qual menciona que está em fase de elaboração dos referidos planos não tendo mensurado até a presente data os possíveis efeitos sobre os saldos patrimoniais tendo em vista as negociações em andamento bem como a dependência dos eventos futuros acima mencionados, que poderão ou não ocorrer tais como: a aprovação do Plano de Recuperação por parte dos credores; a aprovação do Plano de Ação por parte da ANEEL bem como, as negociações em andamento para equacionamento das dívidas e a Revisão Tarifária esperada pela Companhia. Além disso, a Companhia incorreu no prejuízo líquido de R\$391.162 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e que, naquela data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$1.191.873 mil. Em 31 de dezembro de 2011 os ativos e passivos da Companhia foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Conforme as normas contábeis brasileiras e internacionais, a Administração deveria demonstrar este pressuposto de continuidade. A situação descrita indicou a existência de incerteza significativa que levantou dúvida relevante quanto à capacidade de continuidade da Companhia e, portanto, ela pode não ser capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios. Até a data do relatório daqueles auditores independentes, eles não obtiveram evidência de auditoria suficiente para concluir sobre estas múltiplas incertezas. As demonstrações financeiras (inclusive as notas explicativas) não divulgaram integralmente estes fatos. As Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, ainda não contemplam os ajustes necessários e requeridos quando do desfecho das múltiplas incertezas acima mencionadas, que dependem de eventos futuros e incertos. Entretanto, a avaliação dos documentos contidos no plano de Recuperação Judicial preparado e apresentado em juízo, bem como, nas alegações preliminares e contestações sobre Relatório de Comunicações de Falhas e Transgressões à Legislação e ao Contrato de Concessão, apresentam razoabilidade diante do cenário atual da Companhia. Em 31 de março de 2012 os ativos e passivos da Companhia ainda foram classificados e valorizados presumindo a continuidade normal dos negócios. Estes assuntos são mencionados por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

(ii) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 7 às Informações Trimestrais - ITR, existem em 31 de dezembro de 2011 créditos tributários ativos oriundos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, no montante de R\$89.790 mil. A realização dos referidos créditos tributários depende fundamentalmente do sucesso dos planos mencionados na Nota Explicativa nº 1 às Informações Trimestrais – ITR e da ocorrência de lucros tributários futuros. Devido às incertezas significativas mencionadas no parágrafo anterior, não foi possível o auditor antecessor e nós concluirmos quanto à probabilidade de realização destes créditos tributários. Este assunto é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

(iii) Não foi apresentada aos auditores antecessores documentação-suporte para o registro do montante reconhecido como "Depósitos judiciais" de R\$27.420 mil em 31 de dezembro de 2011. Conseqüentemente, os auditores antecessores foram impossibilitados de concluir quanto à adequada apresentação e registro da referida rubrica nas demonstrações financeiras, em relação à data base 31 de dezembro de 2011. Nas Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, a Administração da Companhia não conseguiu efetuar o levantamento de toda a documentação-suporte para o registro do montante atualizado de R\$26.497 mil. Este assunto é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

(iv) As notas explicativas não informaram a posição dos contratos de compra de energia no sentido de estarem atendendo ou não os limites operacionais regulatórios, tampouco foi dado acesso a esta informação aos auditores antecessores. Consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil, esta informação sobre eventual exposição de cobertura deveria ter sido divulgada nas notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011. Nas Informações Trimestrais – ITR do trimestre findo em 31 de março de 2012, a Administração da Companhia divulgou as informações sobre o risco de exposição de contratos de compra de energia e seu acompanhamento tempestivo, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 17 às Informações Trimestrais - ITR. Este assunto foi regularizado e não é mencionado por nós na seção 'Base para conclusão com ressalva'.

As informações contábeis intermediárias do trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 06 de maio de 2011, que não conteve modificação.

São Paulo, 14 de Maio de 2012.

BDO RCS Auditores Independentes SS

CRC 2SP 013846/O-1 –S- PA

Jairo da Rocha Soares Francisco de Paula dos Reis Junior

Contador CRC 1SP 120458/O-6 –S- PA Contador CRC 1SP 139268/O-6 –S- PA